

TREVO S.A. GRUPO LUXMA

POLÍTICA ECONÔMICA

- 7 NOV 1986

*Economia
Brasil*

Belluzzo defende corte nos subsídios ao trigo, ao açúcar e ao álcool

por Cláudia Safatle
de Brasília

O excesso de demanda deve ser combatido principalmente pelo corte de gastos no setor público. Isto é o que defende o secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, que em conversa ontem com este jornal, citou pelo menos três gastos que a União deveria eliminar ou reduzir: os incentivos fiscais, que consomem anualmente cerca de CZ\$ 80 bilhões "de eficácia duvidosa", o subsídio ao açúcar e álcool, que soma este ano CZ\$ 6 bilhões; mais os gastos com o subsídio ao trigo, estimados em CZ\$ 23 bilhões para o trigo, ao invés de conceder subsídios ao produtor, este deveria ser retirado gradativamente e o governo passaria a dar uma compensação aos consumidores com rendimentos de até quatro salários mínimos, pelo aumento do preço do pão, por exemplo, advogou Belluzzo, argumentando que "isso sairia bem mais barato que o subsídio atual".

O corte dos gastos públicos é uma das providências que o governo tomará após as eleições do dia 15 de novembro, para quando se prepara um conjunto de medidas que "têm o objetivo fundamental de manter o crescimento econômico com uma taxa de inflação baixa e bom desempenho na área externa", disse ele. "O ritmo de crescimento atual é inadequado para compatibilizar essas diretrizes", concluiu.

No "front" externo Belluzzo diagnostica problemas sérios: "um superávit da ordem de US\$ 400 milhões a US\$ 500 milhões seria o desejável, a cada mês, para manter um crescimento de 6% a 7% da atividade econômica". Isso representaria um saldo positivo da ordem de US\$ 6 bilhões ao ano, praticamente metade do que se espera para este ano, uma cifra assim, em total desajuste com as condições atuais de pagamento da dívida externa. Ele acha que os saldos na faixa de US\$ 1 bilhão são "incompatíveis com o crescimento dos salários reais".

Em outubro, o comportamento da balança comercial foi péssimo. Dados preliminares indicam que o superávit caiu para "um pouco mais de US\$ 400 milhões", segundo expectativa do secretário. Espera-se, porém, uma boa recuperação das exportações em novembro, que, além do fluxo normal, deverá desovar vendas que ficaram retidas pelos exportadores à espera de uma mudança cambial.

De imediato, "o mais importante é ter uma estratégia que contenha a explosão da demanda". Em tese, a maneira mais rápida de reduzir demanda seria através da inflação, que corriu salários reais. "Mas onde conter salário real? Esse é um problema", afirma o secretário do Ministério da Fazenda, que, de antemão, defende a manutenção do congelamento de preços da cesta básica de alimentos, protegendo, dessa forma, as camadas de mais baixa renda.

"Conter a demanda com



Luiz Gonzaga Belluzzo

redução de salário real significa que os salários não reagiriam aos aumentos de preços. Se o ajuste fiscal for de bom tamanho, com redução da demanda através da redução dos dispêndios do setor público, não haveria por que enfatizar o papel da inflação ou se preocupar com o gatilho dos reajustes salariais", disse Belluzzo.

Na opinião do secretário especial do Ministério da Fazenda, o gatilho salarial, que será acionado automaticamente quando os preços atingirem 20%, "mostra-se hoje totalmente ocioso". Ele foi concebido, dentro do Plano Cruzeiro, para proteger os salários da inflação, mas o movimento dos salários foi muito para cima, com recuperação real significativa e "hoje todos estão ganhando pelo menos o índice de Preços ao Consumidor (IPC) integral". Alguns economistas do governo defendem o desarmamento do gatilho. Belluzzo acha que "isso é complicado pela componente política-ideológica que envolve a discussão".

Outro ponto em discussão é a alteração do IPC, apurado pelo IBGE. "A mudança do índice deve ser resolvida por quem faz o índice. Isso deve ser objeto de debate do conselho do IBGE", disse, preferindo não se intrometer no assun-